

UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES DA PRAÇA DA BANDEIRA

Jente Minne

Mestre em Microfinanças (Solvay Brussels School of Economics and Management), Bélgica
jennyrodriques1206@gmail.com

Danielle de Araujo

Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (ENSP/Fiocruz)
Presidente da Gerando Vida
Advogada
daraujo@planetfinance.org

Rachel Shimba Carneiro

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)
rachelshimba@unisuamdoc.com.br

Maud Chalamet

Administradora pela Universidade Ceram Shopia Antipolis, França
Diretora Executiva da PlaNet Finance Brasil
mchalamet@planetfinance.org

Maria Angélica Gabriel

Mestre em Psicologia pela Universidade Gama Filho (UGF)
Professora e Coordenadora do curso de Psicologia no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)
psicologia@unisuam.edu.br

Angela Teixeira

Mestre em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho (UGF)
angel-teixeira@uol.com.br

RESUMO

Bebel é um projeto implementado pela *PlaNet Finance* Brasil e a ONG Gerando Vida em parceria com a Comissão Europeia, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e a UNISUAM, com o objetivo de possibilitar igualdade de oportunidades no que tange ao oferecimento de novas oportunidades profissionais e melhores condições de vida para uma população composta de mulheres, morando num espaço profundamente segregado e estigmatizado pelas atividades de prostituição, na Praça da Bandeira, Zona Norte do Município do Rio de Janeiro. Foi realizada uma pesquisa quantitativa com o objetivo de verificar a situação socioeconômica de 200 mulheres, sendo que 75 são Trabalhadoras de Sexo na Praça da Bandeira. Do levantamento, pode-se verificar que a situação socioeconômica do público-alvo é precária e os problemas se situam em vários níveis, tais como: educação, renda, acesso aos serviços públicos, suporte social etc. Entretanto, é importante ressaltar que tais mulheres têm interesse em continuar a estudar ou em abrir seu próprio negócio. Essa motivação é ainda maior entre as Trabalhadoras de Sexo (TS) do que entre as Trabalhadoras Convencionais (TC). Além

disso, foi constatado que muitas mulheres já fizeram algum curso profissionalizante, mas não trabalham na área. Os dados coletados no presente estudo pretendem fomentar os debates públicos para a implantação de políticas públicas adequadas e efetivas, assim como a implantação de suporte psicossocial para as mulheres da Praça da Bandeira com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica na área do microempreendedorismo e cursos de profissionalização.

Palavras-chave: Direitos humanos. Levantamento socioeconômico. Mulheres. Prostituição. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que apresentam o maior índice de desigualdade do mundo e um elevado nível de pobreza e exclusão social. Embora nos últimos anos os números indiquem sinais de avanço, a desigualdade nas zonas urbanas persiste e o número de pessoas vivendo na pobreza ou indigência ainda é muito elevado. Em 2012, com índice GINI de 0,5190, o Brasil estava entre os 12 países mais desiguais do mundo. O Coeficiente de GINI é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “*Variabilità e Mutabilità*” em 1912, e comumente usada para medir a desigualdade em distribuição de renda. Enquanto o Estado do Rio de Janeiro tem um índice de 0,476 (2011), a cidade do Rio de Janeiro apresenta um índice de 0,53, uma desigualdade maior do que a média brasileira (ADOMAITIS, 2013).

Esta desigualdade social encontra espaço na perspectiva de gênero, sendo o Brasil também um grande violador dos direitos das mulheres. A violência atinge diferentes aspectos físicos, patrimoniais, psicológicos, sexuais. Segundo os dados semestrais do canal federal Ligue 180 (BRASIL, 2013), Central de Atendimento à Mulher, entre janeiro e junho de 2013 fez 306.201 atendimentos. Os 306.201 atendimentos realizados pelo Ligue 180, entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2013, correspondem a uma média mensal superior a 51 mil registros. Por dia, correspondem a 1.691 demandas. O canal contabilizou os tipos de violência da seguinte forma: 55,24% física, 29,46% psicológica, 10,22% moral, 1,85% patrimonial, 1,72% sexual, 0,81% cárcere privado, 0,70% tráfico de pessoas.

Além das sequelas físicas, a fragilização destas vítimas pode incluir efeitos permanentes na autoestima e na autoimagem, deixando-as com menos possibilidade de se

protegerem, menos seguras do seu valor e dos seus limites pessoais e mais propensas a aceitarem a vitimização como sendo parte da sua condição de mulher. O óbito, maior nível da expressão da violência contra a mulher, encontra índices elevados no país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em 2013 um estudo (GARCIA *et al.*, [201-]), que revela dados inéditos sobre a violência contra a mulher. De acordo com o levantamento, o Brasil registrou, entre 2009 e 2011, 16,9 mil feminicídios, ou seja, mortes de mulheres decorrentes de conflito de gênero, crimes geralmente cometidos por parceiros íntimos ou ex-parceiros das vítimas. O número indica uma taxa de 5,82 casos para cada 100 mil mulheres.

Outro aspecto importante, segundo dados do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), é que as brasileiras estão entre as maiores vítimas do tráfico de pessoas visando à exploração sexual. As mulheres jovens, entre 18 e 21 anos, solteiras e de baixa escolaridade são o principal alvo das redes internacionais de tráfico de seres humanos que atuam no País. Os principais destinos são os Estados Unidos, Portugal, Espanha e países de língua latina (EXPLORAÇÃO..., 2012).

O Projeto Bebel encontra-se pautado na base da autonomia e no acesso aos direitos das mulheres. Trata-se de projeto implementado pela *PlaNet Finance* Brasil e a ONG Gerando Vida em parceria com a Comissão Europeia, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e a UNISUAM, cujo objetivo é poder oferecer oportunidades profissionais e melhores condições de vida para mulheres em situação de vulnerabilidade social na Praça da Bandeira, Zona Norte do Rio de Janeiro. Dado o fato da escassez de informação sobre o bairro da Praça da Bandeira, a presente análise é uma ferramenta importante para a implantação do projeto.

Dentro do público-alvo do Projeto encontram-se mulheres em diferentes ocupações, e a partir desta distinção profissional podemos perceber por meio de dados estatísticos mudanças referentes a acesso à educação, crédito, moradia, profissionalização. O Projeto observa estas diferenças como reflexo da desigualdade e preconceito contra as mulheres no Brasil. Parte das mulheres entrevistadas no levantamento socioeconômico é de profissionais do sexo, que ainda são alvo constante de preconceitos e tabus.

A prostituição no Brasil, segundo Aparecida Fonseca de Moraes (1998, p. 18), ainda é visto como

[...] uma atividade que ameaça uma certa lógica de ordenamento do social ao suscitar ideias de transgressão e liberdade no desempenho dos papéis sexuais femininos e romper com a idealização de um modelo de família.

Este pensamento para a autora esvazia o direito das prostitutas na constituição de sujeitos dotados de vontade própria.

A liberdade de escolha é defendida por associações e ONGs de prostitutas, algumas feministas defendem o uso livre do corpo pelas prostitutas, tais agentes sugerem a construção de um discurso que combate tanto o estigma relacionado ao simples exercício da prostituição, quanto à desqualificação do trabalho que lhe é correlata.

Por outro lado, existem também feministas que se posicionam contrárias à prostituição sob os argumentos de que a atividade estaria fundamentada sob a égide do capitalismo e patriarcalismo, que submete a mulher ao domínio sexual do homem. Estas são contrárias à regulamentação da prostituição, pois acreditam que a atividade não pode ser equiparada a uma profissão, pois o corpo não pode ser objeto de uma transação financeira.

Outros posicionamentos feministas não perfilham as opiniões da vitimação das mulheres que vivem da prostituição, mas não deixam de considerar que o sistema da prostituição se assenta numa relação de domínio sexual dos homens sobre as mulheres e que, como tal, perpetua desigualdades de poder entre os sexos. Todavia, reconhecem que existam mulheres que optem por se prostituir, e não devem ser estigmatizadas. Além disso, outra posição situa-se numa perspectiva do mercado do sexo. Regular o comércio e trabalho do sexo permite que as prostitutas possam lutar contra situações de exploração, numa perspectiva trabalhista.

O Projeto Bebel defende o direito das mulheres na perspectiva de sua liberdade e autonomia, associada ao acesso à igualdade de oportunidades com fim de diminuir a desigualdade de gênero que existe em nosso país. O principal ponto do projeto é oferecer instrumentos que permitam que mulheres, em situação de vulnerabilidade social, possam ser aquilo que elas quiserem ser.

A coleta de dados estatísticos sobre a realidade dos residentes da Praça da Bandeira tem como objetivo fomentar os debates públicos e implantar políticas públicas adequadas e efetivas no local. De fato, o presente estudo faz parte de uma pesquisa maior, que tem como objetivo conhecer e

contribuir com o público-alvo. Dentro deste contexto, a atual pesquisa pretende obter as informações necessárias para o desenvolvimento das atividades que permitam a reabilitação social e profissional de 100 mulheres da comunidade.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO

A pesquisa compreende um levantamento socioeconômico a partir de um questionário realizado com 200 mulheres em área de vulnerabilidade socioeconômica da Praça da Bandeira. Destas 200 mulheres, 75 foram feitas com Profissionais do Sexo, reconhecida pelo Ministério do Trabalho como ocupação (código 5198) e 125 com Trabalhadoras de outras ocupações. Para a pesquisa, tendo em vista melhor visualização entre as duas categorias, utilizamos a designação Profissional do Sexo (PS) e Trabalhadoras Convencionais (TC). É importante pontuar que foram excluídos seis questionários preenchidos por não terem atendido às seguintes normas: cinco questões ou mais sem resposta e a participante ter menos de 16 anos. A pesquisa foi analisada pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos em seus aspectos éticos, no sentido de garantir que os participantes do estudo sejam respeitados e tenham seus direitos assegurados, garantindo sua dignidade e integridade.

O questionário utilizado consiste de 31 perguntas semiestruturadas e foi desenvolvido em cooperação com o Núcleo de Psicologia Aplicada da UNISUAM, a Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e cinco embaixadoras, mulheres da comunidade envolvidas na implantação do projeto Bebel. Além disso, as perguntas seguem os padrões do IBGE. O questionário é composto de cinco partes que serão descritas a seguir. A primeira parte do questionário compreende dados demográficos, tais como gênero, idade, origem, estado civil e escolaridade; a segunda parte é um mapeamento da ocupação atual, renda e desenvolvimento da vida profissional; a terceira parte inclui informações sobre gestão de renda, acesso aos serviços financeiros e demanda por microcrédito. Já a quarta parte recolhe informações sobre a escolaridade e a demanda por cursos acadêmicos, profissionais e de gestão de empresa. Por fim, a quinta parte recolhe informações sobre o acesso aos serviços básicos.

Os pesquisadores acompanharam a aplicação dos questionários durante os primeiros encontros. Tal aplicação aconteceu no decorrer de três semanas pelas cinco

embaixadoras¹, pessoas do bairro que estão atuando no projeto, o que acarreta várias vantagens, tais como a capacitação de mão de obra local, divulgação do projeto e o ganho da confiança do público-alvo. A formação das embaixadoras para realizar a pesquisa fez parte desse levantamento, considerando que era a primeira experiência das embaixadoras com um levantamento social com mulheres da comunidade.

A análise dos dados foi feita a partir de planilhas do Excel. As informações das TS e das TC foram processadas separadamente, o que permite a comparação entre os dois grupos.

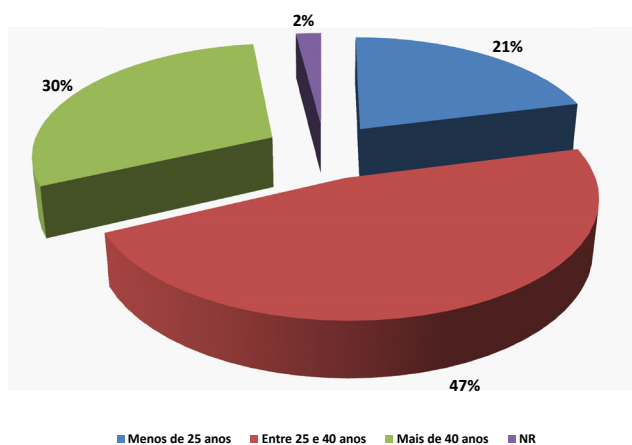
3 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa.

3.1 Resultados da entrevista semiestruturada

A partir da realização das entrevistas semiestruturadas, pode-se observar três categorias de idades entre as 75 Trabalhadoras do Sexo (TS) e as 125 Trabalhadoras Convencionais (TC). É importante considerar que todas as mulheres entrevistadas e incluídas na pesquisa têm mais de 16 anos.

Figura 1: Divisão das idades das respondentes



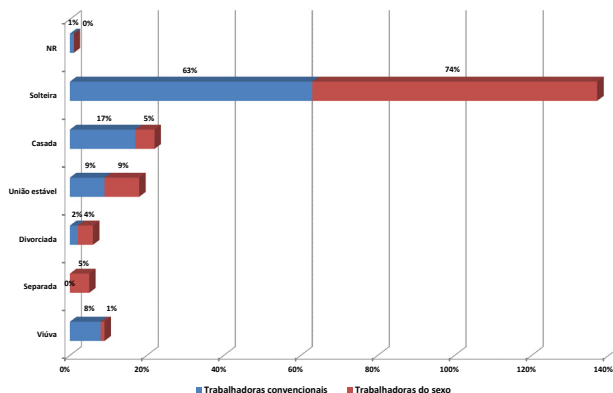
¹ Um agradecimento especial à equipe de embaixadoras e à estagiária do Gerando Vida, que aplicaram o questionário com muita dedicação: Angela Freitas Bello, Francine Aparecida Rocha, Pedrina da Silva, Roseane Laís Rodrigues de Oliveira, Euzi Ramos da Costa e Anabelle Baubion.

Ausência de resposta (NR) = 2%

Em relação ao estado civil, a maioria das pessoas entrevistadas considera-se solteira. Pode-se pontuar uma diferença entre TS e TC em relação à porcentagem das

peças casadas, em que 5% das TS e 17% das TC indicam serem casadas. Tais dados podem ser observados na Figura 2.

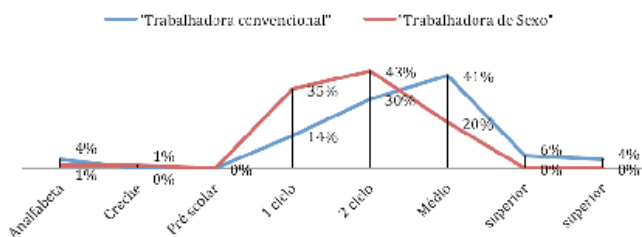
Figura 2: Estado Civil das respondentes



Ausência de resposta (NR) = 1%

Em relação à escolaridade, a maioria das pessoas entrevistadas tem como grau de educação o segundo ciclo fundamental (35%) ou o ensino médio (33%). Entretanto, uma diferença pode ser notada entre as TS, das quais a maioria tem como maior grau o segundo ciclo e o primeiro ciclo fundamental, e as TC, das quais a maioria terminou o ensino médio ou o segundo ciclo fundamental (veja Figura 3). A idade que saíram da escola também difere entre as TS e as TC. As TS saíram da escola com uma idade média de 15,56 anos, considerando que 32% saíram com menos de 16 anos, enquanto que as TC tinham a idade média de 19,85 anos, sendo que 9% saíram com menos de 16 anos (NR = 18%). Além disso, 88% das pessoas entrevistadas foram para uma escola pública. Tais dados podem ser observados na Figura 3.

Figura 3: Grau de educação das pessoas entrevistadas



Ausência de resposta (NR) = 0,5%

3.2 Mapeamentos da ocupação atual, renda e desenvolvimento da vida profissional

Esta seção discriminará os resultados acerca da ocupação e renda.

3.2.1 Ocupação atual e experiência de trabalho

Em relação à ocupação atual, pode-se constatar que as TC são atendentes, trabalhadoras domésticas ou vendedoras. Além disso, 13% indicaram serem donas de casa, e a taxa de desemprego é de 15% (NR = 7%). Na experiência de trabalho ressalta-se que os setores destacados são os de trabalhadora doméstica, de atendente e de vendedora de rua ou de loja. Entretanto, a porcentagem das TS sem experiência de trabalho é de 36% e de 29% para as TC.

A idade média em que as TC começaram a trabalhar é de 15,61 anos e 54% eram menores de idade quando começaram a trabalhar. Em relação às TS, a média é de 16,09 anos e 60% eram menores de idade quando começaram o primeiro trabalho.

Figura 4: Ocupação das Trabalhadoras Convencionais por setor

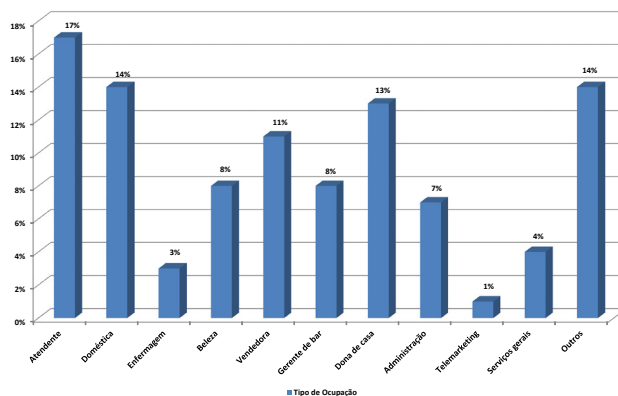
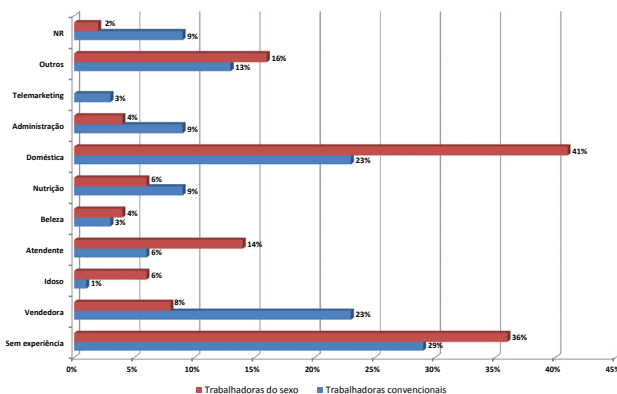


Figura 5: Experiência de trabalho

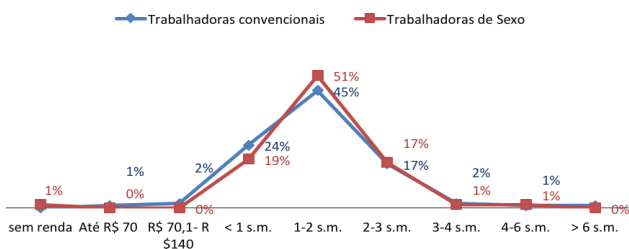


Ausência de resposta (NR) = TC - 9% / TS - 2%

3.2.2 Renda Familiar

A maioria das pessoas entrevistadas recebe uma renda familiar entre 1-2 salários mínimos (47%), menos que um salário mínimo (25%) ou entre 2-3 salários mínimos (17%). A renda das TS é muito parecida com a renda das TC, conforme pode ser observado na figura 6.

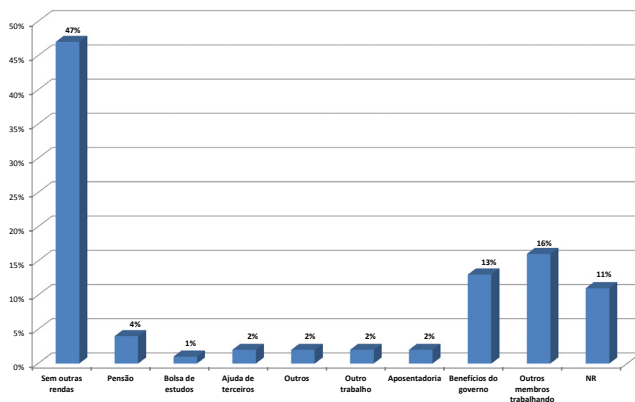
Figura 6: Renda Familiar



Ausência de resposta (NR) = 8%

Os principais meios de renda, fora o trabalho, são: membros da família que estão trabalhando (16%) e benefícios do governo (13%). Entretanto, 47% das pessoas indicaram não receber outro tipo de renda e 11% não responderam a pergunta, conforme pode ser verificado na Figura 7.

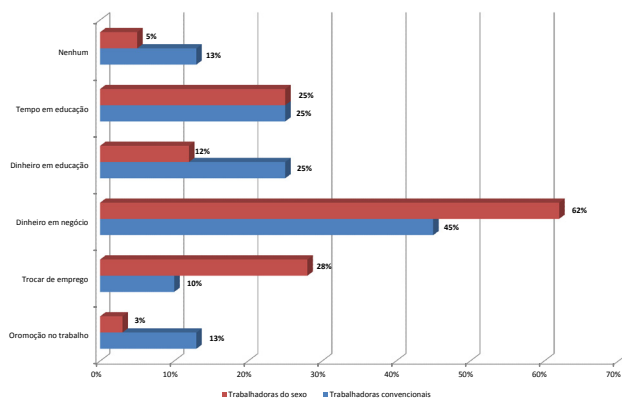
Figura 7: Outros tipos de renda fora o salário das respondentes



3.2.3 Investimento no crescimento profissional

A maioria das pessoas entrevistadas indicou que gostaria de crescer profissionalmente investindo dinheiro num negócio (52%), especialmente as TS (62%). Outros tipos de investimentos escolhidos foram “tempo em educação” e “trocar de emprego”. Em suma, a maioria das TS gostaria de trocar de emprego, estudar e/ou ter seu próprio negócio. A maior parte das TC gostaria de abrir um negócio ou estudar (NR = 3%), conforme pode ser visto na Figura 8. É importante chamar atenção para o fato de que 86% das mulheres entrevistadas não têm o seu próprio negócio e, dessas pessoas, 87% demonstram interesse em abrir um tipo de negócio. Os setores que as participantes da amostra gostariam de trabalhar são: estética, produção, venda de comida e venda em geral.

Figura 8: Investimento no crescimento profissional



Ausência de resposta (NR) = 3%

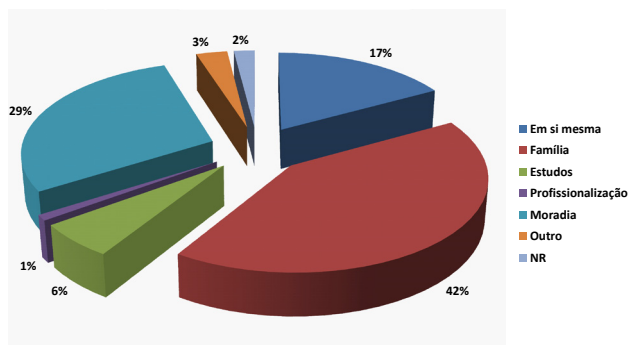
3.3 Gestão de renda, acesso aos serviços financeiros e demanda por microcrédito

Esta seção aborda os aspectos da gestão de renda, acesso aos serviços financeiros e a demanda por microcrédito.

3.3.1 Gestão de renda

Em relação à gestão de renda, 66% das TC e 88% das TS entrevistadas indicaram que administram o seu próprio dinheiro (NR=3%) e respectivamente 65% e 84% fazem as decisões para as compras e despesas da casa (NR=1%). A maioria da renda é gasta na própria família, conforme ilustrado na Figura 9.

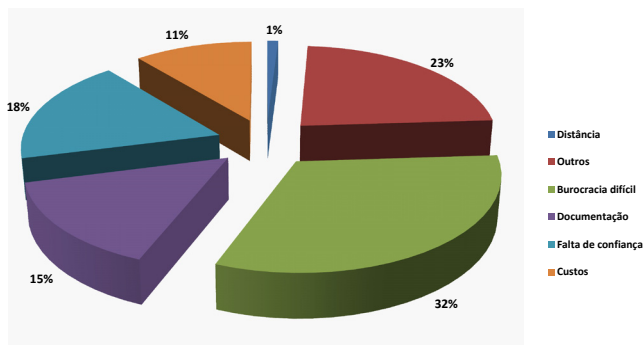
Figura 9: Os gastos das mulheres entrevistadas



3.3.2 Acesso aos serviços bancários

Em relação ao acesso aos serviços bancários, 73% das TC e 59% das TS indicaram não poupar dinheiro, nem fazer investimentos (NR=1%). Ademais, 42% dessas pessoas não têm conta bancária (NR=3%). As razões principais por não possuírem uma conta são: uma burocracia difícil, falta de confiança, as exigências de documentação e a falta de dinheiro. Entretanto, algumas pessoas indicaram que possuem uma conta bancária para poderem receber bolsas do governo, como o Bolsa Família.

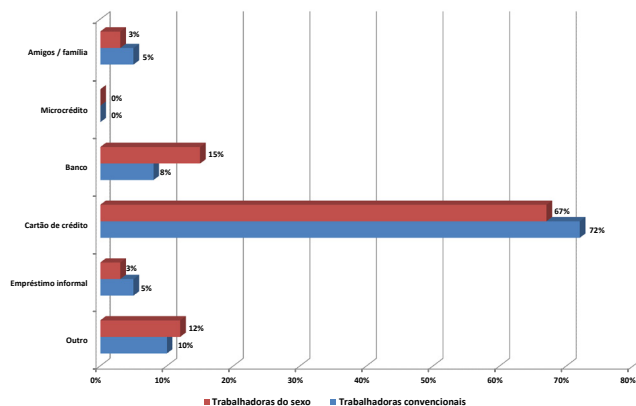
Figura 10: Razões de não possuir uma conta bancária



3.3.3 Demanda de crédito

Na questão relativa à demanda de crédito: 62% da amostra não têm nenhum tipo de crédito e 59% gostariam de ter acesso a um tipo de crédito. Para as TS, a demanda de crédito é de 70%, sendo que 67% das TS entrevistadas marcaram cartão de crédito como um tipo de crédito desejado. Os tipos de crédito preferidos podem ser verificados na Figura 11.

Figura 11: Demanda de crédito



Ausência de resposta (NR) = 11%

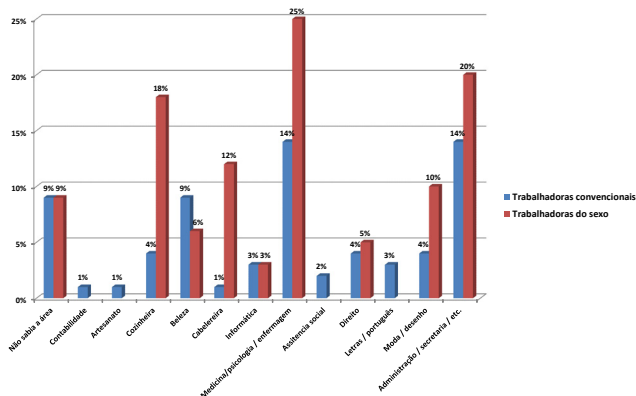
3.4 Demanda de cursos

Na questão relativa à demanda de cursos, 51% das pessoas entrevistadas já fizeram um curso profissional, mas só 39% trabalharam na área. As principais razões citadas

por não terem trabalhado na área foram: (1) “Falta de oportunidade de trabalho na área” (41% das pessoas que não trabalharam na área); (2) “Sentimento que não foi bastante preparado para o trabalho” (25% das pessoas que não trabalharam na área); e (3) “Salário baixo” (13% das pessoas que não trabalharam na área). Os cursos profissionalizantes realizados foram: Estética e cabeleireiro, informática, línguas, atendente/auxiliar. Por outro lado, algumas pessoas relataram que não puderam fazer os cursos pelas seguintes razões: falta de tempo (20%) e falta de acesso (34%). É interessante destacar que os vários participantes do estudo que terminaram o primeiro ciclo fundamental indicaram que gostariam de fazer um curso de alfabetização. Além disso, 62% das TC e 85% das TS estão interessadas em fazer um curso de educação financeira (NR= 5%).

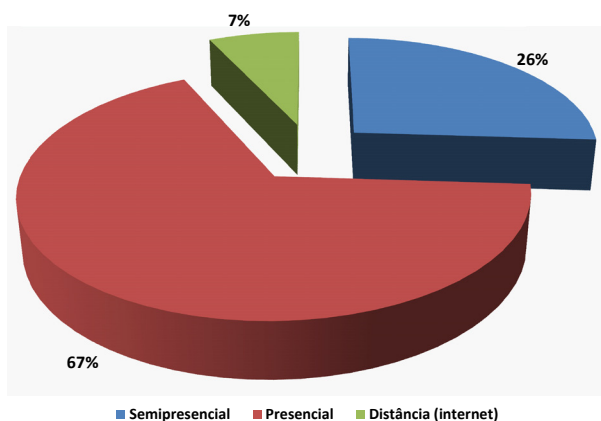
Os cursos e estudos que têm a maioria dos participantes interessados são: de administração ou secretária; além de estudos relacionados com a saúde, beleza e cabeleireiro e estudos ou cursos relacionados com alimentação. Tais resultados podem ser observados na Figura 12. A maioria das TS entrevistadas indicou o desejo de fazer um tipo de curso ou formação, mas ainda não sabiam definir em que área.

Figura 12: Áreas de interesse



Além disso, a maior parte das mulheres optou pelo ensino presencial e à noite (51%), comparado com a manhã ou à tarde. Isso vale tanto para as TS (44%) quanto para as TC (56%).

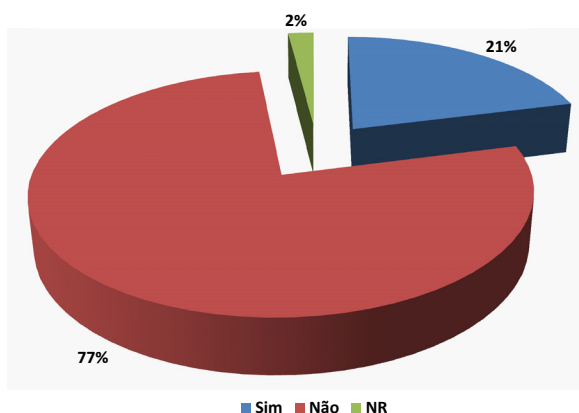
Figura 13: Preferência do modo dos cursos



3.5 Acessos aos serviços essenciais

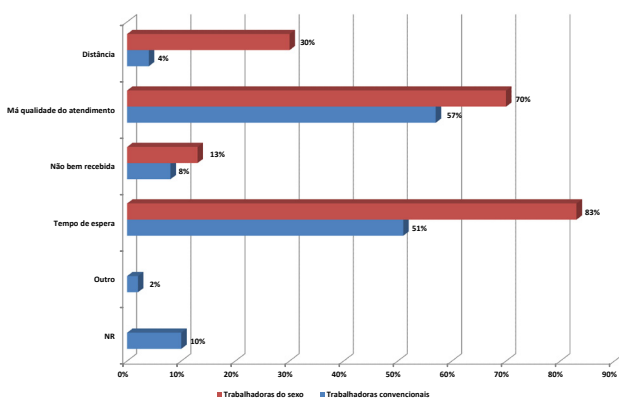
No que tange aos serviços essenciais, 26% das TC e 15% das TS têm um plano de saúde, 87% indicaram que têm uma UPA perto de casa. A última vez que a maioria das participantes do estudo usou um serviço do SUS foi uma média de quatro meses antes, mas 15% das TC e 28% das TS indicaram ter muito tempo ou não se lembrarem quando foi a última vez que utilizaram tal serviço.

Figura 14: Possui plano de Saúde



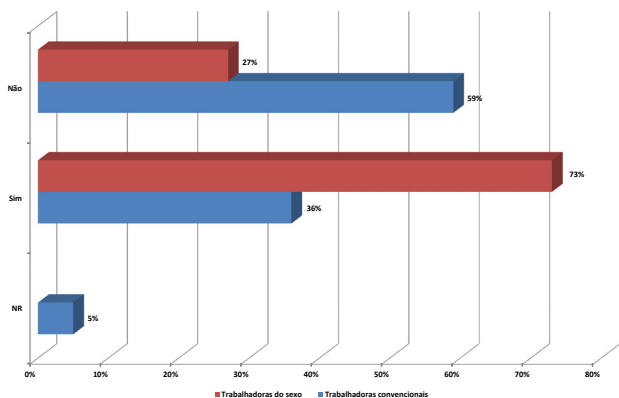
É importante considerar que 51% das pessoas estão satisfeitas com os serviços do SUS, porém 36% não estão satisfeitas. As principais razões da insatisfação são: a não qualidade do atendimento (61% das pessoas insatisfeitas) e o tempo de espera (61%), conforme pode ser verificado na Figura 15.

Figura 15: Razões pela Insatisfação com os serviços do SUS (44 respondentes TC e 23 respondentes TS)



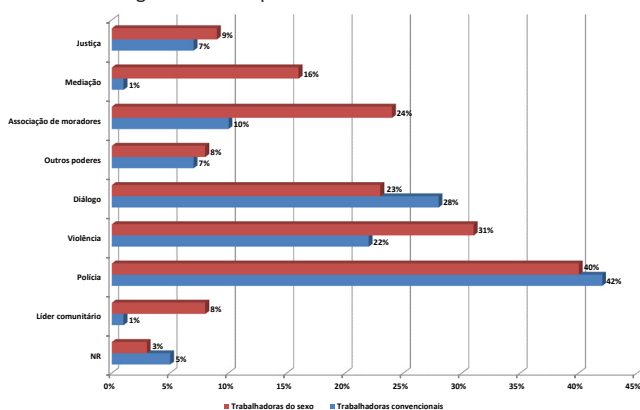
Os resultados também mostram que as TS usam mais a defensoria pública do que as TC (25% contra 17%). A maioria das pessoas que já utilizou este serviço indicou que existe uma defensoria pública perto da sua casa, conforme pode ser visto na Figura 16. De fato, 27% indicaram já ter entrado numa ação judicial (NR=8%) e entre estas 42% indicaram como razão um problema relacionado com a moral.

Figura 16: Defensoria pública perto da moradia



Em relação aos principais meios de resolver os conflitos, 42% das pessoas entrevistadas responderam a polícia, 26% responderam o diálogo e 25% responderam a violência, como pode ser observado na Figura 17.

Figura 17: Principais meios de resolver conflitos



Ausência de resposta (NR) = 4%

Entretanto, é importante destacar que as perguntas relacionadas com a renda e a gestão financeira foram as mais difíceis de conseguir respostas e eram também consideradas como “as perguntas que nem sempre as respostas foram dadas de forma honesta”, já que as pessoas que participaram do estudo nem sempre queriam especificar se sua renda era abaixo da linha de pobreza ou não. Nesta questão foram observados dois aspectos em relação aos participantes: (1) diminuição da renda, pensando que ia influenciar a chance de poder entrar no projeto ou medo de perder a bolsa, mesmo as entrevistadoras sendo capacitadas a explicar que o questionário era independente do processo de seleção; (2) aumento da renda, por vergonha. Isso explica que todas as respostas estão concentradas em torno 1-2 salários mínimos. Dessa forma, as considerações baseadas nesses dados têm que ser realizados com muita prudência.

É importante levar em consideração que a porcentagem de resposta em branco foi especialmente alta nas perguntas relacionadas à renda, à idade de trabalhar e à idade de parar de estudar. Também foi observado que a pergunta que as entrevistadas tiveram maior dificuldade de entendimento foi ao tipo de microcrédito que as participantes preferiam. Muitas pessoas não entenderam o conceito de microcrédito produtivo orientado, que em seguida foi explicado pelas entrevistadoras. Outra pergunta que as participantes também demonstraram dificuldades em responderem foi na questão sobre o grau de educação obtida. Isso pode ser explicado pelo fato de o sistema de ensino ter mudado.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos dados apresentados até o presente momento, é possível observar a carência de serviços públicos efetivos, que atendam às mulheres da Praça da Bandeira nas suas reais necessidades. As principais questões estão relacionadas ao direito de moradia, baixa escolaridade, baixa autoestima, a renda familiar baixa, com 72% das mulheres recebendo menos do que dois salários mínimos, além disso, verificou-se que 68% delas indicaram não poupar dinheiro, nem fazer investimentos e 42% não têm uma conta bancária.

Os dados apresentados até o presente momento possibilitam a reflexão relativa às opções de subsistência que a mulher precisa se submeter a fim de garantir as condições mínimas de vida para si mesma e sua família. Ou seja, associado à baixa escolaridade, os postos de trabalho formal oferecem poucas opções de ascensão social e renda suficiente para os gastos familiares. Outro ponto importante a se pensar é a relação que parece existir entre a renda e a violência, uma vez que a mulher vítima de violência doméstica ou mesmo a que sofre violência dentro da profissão do sexo e que não possui renda suficiente para a sua subsistência, se sente incapaz, sem meios de romper com o ciclo da violência.

Por outro lado, é importante notar que tais mulheres indicaram uma vontade de investir dinheiro em seu próprio negócio (52%): 28% das TS indicaram trocar de emprego como uma das alternativas para crescer profissionalmente, apenas 5% não pretendem investir no crescimento profissional. O desejo de continuar os estudos, especialmente os cursos profissionalizantes, e abrir o próprio negócio é maior nas TS do que nas TC. As TC mostraram uma preferência em participar de cursos universitários. Uma hipótese que se pode postular é que a opção em abrir o próprio negócio, principalmente no que tange às TS, pode está relacionado à baixa escolaridade que as impede de ter um leque maior de opções no mercado de trabalho que lhes proporcionem o mesmo nível de renda da prostituição.

Outro aspecto a ser destacado é que as mulheres que participaram do estudo têm uma baixa educação formal, com a maioria sem o ensino médio. Entretanto, 85% das participantes apontaram o interesse em continuar os estudos, ou seja, 43% gostariam de fazer os cursos de profissionalização e 11% a alfabetização. Dos cursos de profissionalização, as áreas mais indicadas foram: alimentação, assistência médica, administração, beleza e cabeleireira.

Uma observação que se pode fazer em relação à escolha dos cursos técnicos ou de profissionalização pelas TS é a possibilidade de um rápido retorno, ou seja, uma geração de renda a curto prazo, uma vez que carecem de educação formal. Outro ponto interessante é verificar que a escolha por uma mudança de profissão na área das TS pode estar associada ao preconceito sofrido por elas, e da marginalização que sofrem dentro da sociedade.

De uma forma geral, foi verificado que a motivação em desenvolver o próprio negócio é elevada, assim como a demanda do microcrédito, cursos de gestão financeira e cursos profissionalizantes. Portanto, pode-se pontuar que um produto de microcrédito, além de capacitações na área de gestão financeira e profissionalizante, responde a uma demanda real do público-alvo.

Dado que o presente estudo mostra um número alto de mulheres que já fizeram um curso profissionalizante e um número baixo de mulheres que trabalharam na área, é necessário destacar que a qualidade do acompanhamento no decorrer dos cursos é essencial. De fato, todos esses dados trazem algumas reflexões não apenas do nível da qualidade dos cursos de profissionalização privados e públicos que são oferecidos, mas também da baixa autoestima que elas carregam em virtude das experiências de violências que sofrem.

É importante apontar que os cursos oferecidos precisam acompanhar a demanda do mercado de trabalho e que contenham um acompanhamento adequado para prepararem as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho. Tanto a literatura sobre as TS como os dados levantados no presente estudo mostram que um acompanhamento psicológico adequado seria útil, especialmente para as TS. Neste sentido, parece que além da capacitação técnica, com a oferta de cursos e profissionalização para as mulheres, é importante trabalhar a questão da autoestima e da autoeficácia destas mulheres.

Um estudo realizado por Arnold e Barling (2003) demonstrou que várias tensões psicológicas são mais presentes entre as TS por causa de uma intensidade maior de estresse psicológico que elas enfrentam. As principais tensões psicológicas diagnosticadas foram: baixa autoestima (BAKER; DALLA; WILLIAMSON, 2010), um profundo sentimento de isolamento (PYETT; WARR, 1999), depressão (BOYLE *et al.*, 1997), aflição (EL-BASSEL *et al.*, 1997) e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) (FARLEY; BARKAN, 1998).

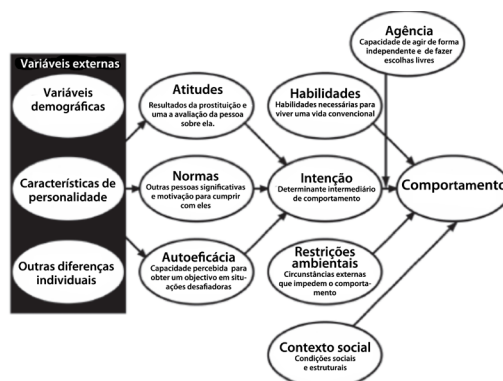
De acordo com um estudo feito com 854 TS em nove países, 68% das TS entrevistadas preencheram os critérios

de TEPT (FARLEY *et al.*, 2003). Em uma revisão de estudos, foi encontrado que os principais estressores que aumentam a chance de tensões psicológicas com as TS são: (1) Educação e idade de abandono mais baixo (PATEL *et al.*, 1999); (2) Sair da casa antes dos 16 anos (ROMANS *et al.*, 2001); (3) Salário baixo e pobreza (PATEL *et al.*, 1999); (4) Querer sair da prostituição (ROMANS *et al.*, 2001; ARNOLD; BARLING, 2003); (5) Falta de oportunidades de emprego e discriminação no mercado de trabalho (PAUL; MOSER, 2009); (6) Falta de modelos (CIMINO, 2012); (7) Estigma (ARNOLD; BARLING, 2003); (8) Ambiente de violência (FARLEY *et al.*, 2003; PATEL *et al.*, 1999); (9) Conflitos entre funções (DALEY, 2001 *apud* ARNOLD; BARLING, 2003); (10) Falta de suporte social (PYETT; WARR, 1999); (11) Horas de trabalho irregulares (ARNOLD; BARLING, 2003) e (12) Trabalho emocional (ARNOLD; BARLING, 2003).

Conforme pode ser visto, a literatura mostra que as TS são mais sensíveis a sofrerem tensões psicológicas também por vários indicadores socioeconômicos. O presente levantamento mostra que a situação socioeconômica das TS em geral é diferente do que a situação das TC, como pode ser observado em alguns fatores, como por exemplo: o grau de educação das TS é mais baixo, o ano de sair da escola é mais cedo, além disso, elas têm menos experiência de trabalho e estão mais em contato com a violência. É importante ressaltar que em parte dos casos o contato com a violência acontece antes da “escolha” desta mulher pela prostituição, seja pela violência sexual doméstica, estupro, tráfico sexual, exploração sexual de menores. Como propõe a literatura, todos esses indicadores mencionados aumentam a chance de a pessoa sofrer tensões psicológicas.

Além das barreiras psicológicas mencionadas, existem vários outros fatores que as TS enfrentam, tanto para sair da prostituição como para desenvolver outra atividade profissional. Cimino (2012) montou um modelo de Construções na teoria preditivo das intenções de prostituição de rua e sua direção hipotética levando a uma saída da prostituição de rua. Esse modelo ainda precisa ser testado empiricamente no contexto da Praça da Bandeira, mas ele sugere que além das barreiras psicológicas, é possível categorizar outras variáveis, tais como atitudes, habilidades, variáveis demográficas, restrições ambientais, agência, contexto social etc. A opinião do autor é que as tensões psicológicas são fatores transversais que influenciam esses variáveis.

Figura 18: Modelo traduzido e adaptado de *Constructs in the predictive theory of intentions to street-level prostitution and their hypothesized direction leading to an exit from street prostitution*



Fonte: Adaptação e tradução do modelo de Fishbein e Yzer (2003 *apud* CIMINO, 2012, p. 1241).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, observa-se que, a partir do presente levantamento socioeconômico, a situação das mulheres da Praça da Bandeira é vulnerável, tendo em vista a necessidade de serviços públicos que garantam as suas reais necessidades. Portanto, os problemas são multidisciplinares e resultam na violação de vários direitos humanos, como o direito de moradia decente, de trabalho, de segurança para as crianças etc. Portanto, dado o fato de que os problemas são interligados, é necessária uma abordagem holística.

A abordagem proposta é de desenvolver trabalhos de advocacia, de educação, de congregação da comunidade e psicossocial. A partir de alguns dados obtidos no presente estudo (vontade de empreender e/ou de continuar os estudos, demanda por microcrédito e cursos de gestão financeira), pode-se pensar em definir quais os serviços adequados para essa população e quais as demandas que requerem mobilização comunitária para uma pressão social ao poder público.

Em relação às Trabalhadoras de Sexo, pode-se verificar uma elevada motivação para continuar os estudos, para trocar de emprego ou para empreender, porém, tais mulheres precisam de apoio, pois muitas TS ainda não sabem exatamente o que querem fazer. Assim, parece que um acompanhamento psicossocial e um trabalho para aumentar a autoestima dessas mulheres seriam importantes. Vale ressaltar que a questão a ser abordada neste estudo não tem relação com o esforço para a saída das

mulheres da prostituição, mas é possibilitar a estas mulheres maior acesso ao conhecimento dos direitos, trabalhar a autoestima e o empoderamento dessas mulheres e lutar contra a violência para que ela possa decidir de forma livre o melhor caminho a ser direcionado para a sua própria vida.

Uma revisão na literatura e os dados obtidos na atual pesquisa mostram a necessidade de suporte psicossocial das mulheres da amostra. Nesse sentido, é possível apontar a importância de trabalhos que envolvam a autoeficácia, as habilidades sociais e a orientação vocacional nesta população. Além disso, os resultados do presente estudo podem definir prioridades de ação relacionadas à articulação das políticas públicas e à advocacia dos Grupos de Trabalho (GT), grupos montados para lutar pelos direitos humanos dos moradores da Praça da Bandeira.

Dessa forma, o presente estudo é o primeiro passo de um estudo maior que pretende avaliar e desenvolver a autoeficácia e as habilidades sociais das participantes com o objetivo de favorecer o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho dessas pessoas.

SOCIOECONOMIC AN ANALYSIS OF WOMEN'S PRAÇA DA BANDEIRA

ABSTRACT

The "Bebel" Project has been implemented by the NGO "PlaNet Finance Brasil" and the local NGO "Gerando Vida" in partnership with the European Commission, the State Secretary of Social Assistance and Human Rights of Rio de Janeiro and the UNISUAM University. It has as objective of providing equal opportunities in relations to the offering of new professional opportunities and better living conditions to the women living at Praça da Bandeira, the north zone of Rio de Janeiro. The area is highly segregated and stigmatized because of adjacent prostitution zone and its low socioeconomic development. The study has as objective to gain more insight in the living conditions of these women. This is obtained through a survey with 200 women of the neighborhood, of which 75 Sex Professionals. From this study, we can conclude that in general, the socioeconomic situation of the target group is precarious with challenges on several areas such as: access to education, income generation, access to public services and social support. Furthermore, it is revealed that in general, the socioeconomic situation of the Sex Workers is worse and they encounter more violence in their neighborhood compared to the Conventional Workers, defined as women who are not professionally linked to the prostitution network. On the other hand, the study also reveals that a vast majority of the women are willing to

continue to study as well as to become entrepreneur. This motivation has been observed on a larger scale with the Sex Workers than with the Conventional Workers. On the other hand, a higher percentage of the Sex Workers are still not aware of their vocational orientation. Also related to their vocational skills, it was revealed that the majority of the women interviewed already did some sort of technical training, but relatively few have started working in this field. Finally, As well the literature as the actual socioeconomic study show a high level of psychological strains present with Sex Workers such as: a low self-esteem, a profound feeling of isolation, depression, distress and the Post Traumatic Stress Disorder. The results of this study are intended to be used to provide essential information fostering public debates and defining advocacy actions, as well as for the implementation of socio-psychological support activities for women of the community, who are willing to start an (alternative) economical activity.

Keywords: Human rights. Socioeconomic survey. Women. Prostitution. Psychology.

UN ANÁLISIS SOCIOECONÓMICO DE LAS MUJERES DE PRAÇA DA BANDEIRA

RESUMEN

Bebel es un proyecto ejecutado por *PlaNet Finance Brasil* y la ONG *Gerando Vida*, en colaboración con la Comisión Europea, la Secretaría de Asistencia Social y Derechos Humanos de Rio de Janeiro y UNISUAM, con el objetivo de la igualdad de oportunidades en relación con el ofrecimiento de nuevas oportunidades profesionales y mejores condiciones de vida para una población de mujeres que viven en un espacio profundamente segregado y estigmatizado por las actividades de prostitución, en la Plaza de la Bandera, Zona Norte del Municipio de Río de Janeiro. Fue realizada una investigación cuantitativa con el objetivo de verificar la situación socioeconómica de 200 mujeres, de las cuales 75 son trabajadoras sexuales en la Plaza de la Bandera. A partir de la encuesta, se puede observar que la situación socioeconómica de la población objetivo es precaria y los problemas se encuentran en distintos niveles, tales como: la educación, los ingresos, el acceso a los servicios públicos, el apoyo social, etc. Además, es importante resaltar que estas mujeres tienen interés en seguir estudiando o abrir su propio negocio. Esta motivación es aún mayor entre las trabajadoras del sexo (TS) que los trabajadores convencionales (TC). Además, se constató que muchas mujeres han hecho algún curso profesional, pero que no trabajan en el área. Los datos recogidos en este estudio tienen como objetivo fomentar los debates para la implementación de políticas públicas

adecuadas y eficaces, así como la implementación de apoyo psicosocial para las mujeres de la Plaza de la Bandera, con el objetivo de desarrollar una actividad económica en el área de micro-emprendimiento y cursos de profesionalización.

Palabras clave: Derechos humanos. Encuesta socioeconómica. Mujeres. Prostitución. Psicología.

REFERÊNCIAS

ADOMAITIS, K. The world's largest cities are the most unequal. **Euromonitor International [Online]**, 2013. Disponível em: <<http://blog.euromonitor.com/2013/03/the-worlds-largest-cities-are-the-most-unequal.html>>. Acesso em: 17 set. 2013.

ARNOLD, K. A.; BARLING, J. Prostitution: an illustration of occupational stress in "dirty" work. In: DOLLARD, M.; WINEFIELD, A. (Eds.). **Occupational stress in the service professions**. New York: Taylor and Francis, 2003. p. 261-280.

BAKER, L. M.; DALLA, R. L.; WILLIAMSON, C. Exiting prostitution: an integrated model. *Violence Against Women*, Calgary, v. 16, n. 5, p. 579-600, 2010. Disponível em: <<http://vaw.sagepub.com/content/16/5/579>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

BOYLE, F. M. *et al.* Psychological distress among female sex workers. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, Caberra, v. 21, n. 6, p. 643-646, 1997.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Balanco semestral [do ligue 180]**: janeiro a junho 2013. Brasília, DF: SPM, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/11/SPM_balancosemestral_Ligue180_out2013.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2014.

CIMINO, A. N. A predictive theory of intentions to exit street-level prostitution. **Sage Publications**, Phoenix, v. 18, n. 1, p. 1235-1252, 2012. Disponível em: <<http://vaw.sagepub.com/>

content/18/10/1235>. Acesso em: 09 abr. 2014.

EL-BASSEL, N. *et al.* sex trading and psychological distress among women recruited from the streets of Harlem. **American Journal of Public Health**, Bethesda, v. 87, n. 1, p. 66-70, 1997.

EXPLORAÇÃO e tráfico de mulheres é crime. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/cidadania-e-seguranca/trafico-exploracao-de-mulheres-e-prostituicao>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

FARLEY, M.; BARKAN, H. Prostitution, violence and posttraumatic stress disorder. **Women and Health**, Bethesda, v. 27, n. 3, p. 37-49, 1998.

FARLEY, M. *et al.* Prostitution and trafficking in 9 countries: Update on violence and posttraumatic stress disorder. **Journal of Trauma and Practice**, San Francisco, 2, n. 3/4, p. 33-74, 2003.

GARCIA, L. P. *et al.* **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** [s.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [201-]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

MORAES, A. F. **Mulheres da vila.** Goiânia: Livraria Opção Cultura, 1998.

PATEL, V. *et al.* Women, poverty and common mental disorders in four restructuring societies. **Social Science & Medicine**, New York v. 49, n. 1, p. 1461-1471, 1999.

PAUL, K. I.; MOSER, K. Unemployment impairs mental health: Meta-analyses. **Journal of Vocational Behavior**, Nuremberg, v. 74, n. 1, p. 264-282, 2009.

PYETT, P.; WARR, D. Women at risk in sex work: strategies for survival. **Journal of Sociology**, Stanford, v. 35, n. 2, p. 183, 1999.

ROMANS, S. E. *et al.* The mental and physical health of female sex workers: A comparative study. **Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**, Richmond, v. 35, n. 1, p. 75-80, 2001.